



## Caderno de Encargos

# Fornecimento contínuo de Leite Escolar

## índice

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Parte I - Cláusulas Jurídicas.....</b>   | <b>2</b>  |
| Capítulo I - Disposições gerais.....  | 2         |
| Cláusula 1. <sup>a</sup>   Objeto .....   | 2         |
| Cláusula 2. <sup>a</sup>   Contrato .....   | 2         |
| Cláusula 3. <sup>a</sup>   Duração do contrato.....   | 3         |
| Cláusula 4. <sup>a</sup>   Preço base .....   | 3         |
| Cláusula 5. <sup>a</sup>   Critério de adjudicação .....                                    | 3         |
| Capítulo II - Obrigações contratuais .....  | 3         |
| Secção I   Obrigações do adjudicatário .....  | 3         |
| Cláusula 6. <sup>a</sup>   Obrigações principais do adjudicatário .....                     | 3         |
| Cláusula 7. <sup>a</sup>   Conformidade e operacionalidade dos bens .....                   | 4         |
| Cláusula 8. <sup>a</sup>   Entrega dos bens objeto do contrato .....                        | 4         |
| Cláusula 9. <sup>a</sup>   Informação e sigilo.....   | 5         |
| Secção II   Obrigações do Município .....   | 5         |
| Cláusula 10. <sup>a</sup>   Preço contratual .....  | 5         |
| Cláusula 11. <sup>a</sup>   Condições de pagamento .....                                    | 5         |
| Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....                                     | 6         |
| Cláusula 12. <sup>a</sup>   Força maior.....  | 6         |
| Cláusula 13. <sup>a</sup>   Incumprimento do contrato .....                                 | 7         |
| Cláusula 14. <sup>a</sup>   Resolução por parte da entidade adjudicante .....               | 7         |
| Capítulo IV - Disposições finais .....  | 8         |
| Cláusula 15. <sup>a</sup>   Subcontratação e cessão da posição contratual .....             | 8         |
| Cláusula 16. <sup>a</sup>   Comunicações e notificações .....                               | 8         |
| Cláusula 17. <sup>a</sup>   Contagem dos prazos.....  | 8         |
| Cláusula 18. <sup>a</sup>   Legislação aplicável .....                                      | 8         |
| Cláusula 19. <sup>a</sup>   Foro competente .....   | 9         |
| <b>Parte II - Cláusulas Técnicas.....</b>   | <b>10</b> |
| Cláusula 20. <sup>a</sup>   Características, condições e quantidades dos bens a fornecer .. | 10        |

## **Parte I - Cláusulas Jurídicas**

### **Capítulo I - Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup> | Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de leite escolar para alunos a frequentar o pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico das escolas públicas do concelho, na modalidade de fornecimento contínuo. Este contrato é sujeito a possível comparticipação através de fundos comunitários “Regime de Frutas e Leite Escolar” - Regulamento (EU) nº 2017/39.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup> | Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Suprimento dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) Caderno de Encargos;
  - d) Proposta adjudicada;
  - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e

homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> | Duração do contrato**

O contrato terá a duração máxima de 12 meses, vigorará até 28 de fevereiro de 2026 ou até que se esgote o valor.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup> | Preço base**

O valor base que constitui o objeto do presente Caderno de Encargos é de **45.836,93€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup> | Critério de adjudicação**

1. O critério no qual se baseará a adjudicação será o da proposta de mais baixo preço total para as quantidades estimadas no quadro 3, devendo ser apresentado obrigatoriamente o valor unitário por item, com referência máxima a 3 casas decimais.
2. Como critério de desempate de propostas com o mesmo valor, valorizam-se, por ordem decrescente, os seguintes fatores:
  - 1.º - Proposta que apresente o preço unitário mais baixo para o leite com chocolate;
  - 2.º - Sustentabilidade ambiental aferida pelo tempo de transporte dos bens a fornecer, aferido pela proximidade do armazém do adjudicatário aos Paços do Concelho do Município de Torres Novas.

## **Capítulo II - Obrigações contratuais**

### **Secção I | Obrigações do adjudicatário**

### **Cláusula 6.<sup>a</sup> | Obrigações principais do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, no prazo estabelecido, após receção dos pedidos de fornecimento;

- b) Obrigação de não alterar as condições de fornecimento dos bens contratados;
- c) Obrigação de garantia de qualidade dos bens;
- d) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que são produzidos e fornecidos os bens, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- e) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> | Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O adjudicatário obrigar-se-á a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O adjudicatário será responsável perante o Município por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> | Entrega dos bens objeto do contrato**

1. Após a adjudicação e outorga do contrato, os bens objeto do mesmo deverão ser entregues, de forma faseada e nas quantidades solicitadas pela entidade adjudicante, em cada estabelecimento escolar constante do quadro 3, no prazo máximo de 8 dias úteis, a partir da receção dos pedidos de fornecimento.

2. Em casos excecionais poderá ser acordado outro prazo entre as partes.
3. Não poderão ser impostas pelo adjudicatário quantidades mínimas, ou máximas, para os fornecimentos solicitados pela entidade adjudicante
4. Serão da responsabilidade do fornecedor todas as despesas e custos com o transporte para entrega dos bens.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup> | Informação e sigilo**

1. O adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à execução do contrato.
2. A entidade adjudicante e o adjudicatário guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

### **Secção II | Obrigações do Município**

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> | Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deverá pagar ao fornecedor os bens efetivamente entregues, nos termos da cláusula 20.<sup>a</sup> da Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e taxas.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> | Condições de pagamento e faturação**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção das respetivas faturas, no prazo de 30 dias, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

3. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nota de crédito e/ou nova fatura corrigida.
- 4 - Se o prestador dos serviços se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigo 12.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, bem como os prazos previstos para a implementação explanados no Artº 6º do Dec-Lei nº 54/2023 de 14 de junho, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo Município.
- 5 - Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador dos serviços devidamente informado, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.
- 6 - De acordo com o regulamento “Regime de Fruta e Leite Escolar - Regulamento (UE) nº 2017/39” a fatura deverá fazer menção do mesmo.

### Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> | Força maior**

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao adjudicatário.
2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios,

epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Incumprimento do contrato**

1. Sempre que se verifiquem resultados negativos na sequência de análises à qualidade do leite, a entidade adjudicante poderá aplicar uma penalidade correspondente ao valor de 10% do valor a faturar;
2. Sempre que se registem situações violadoras do cumprimento do contrato a entidade adjudicante poderá exigir o não pagamento dos bens já entregues;
3. Nos casos em que injustificadamente o adjudicatário recuse efetuar um fornecimento ou se atrase nas entregas do bem objeto do contrato ou, ainda, não substitua, em devido tempo, os produtos rejeitados, a entidade adjudicante poderá aplicar as seguintes sanções:
  - a) Debitar ao adjudicatário a diferença de valor, se a houver, caso a entidade adjudicante adquira a outro fornecedor os produtos em falta;
  - b) Por cada dia em que for excedido o prazo de entrega estabelecido, o adjudicatário ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente a 1% do valor do fornecimento não efetuado.
4. Se o adjudicatário não cumprir as condições contratuais poderá ser resolvido o contrato.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> | Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:



- a) Se os bens fornecidos não corresponderem às características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos e/ou legislação em vigor;
- b) Quando o adjudicatário não cumprir integralmente o estipulado na cláusula 8.<sup>a</sup> (entrega dos bens objeto do contrato);
- c) Quando a demora da entrega dos bens, em 2 ou mais fornecimentos, exceder em 3 dias úteis o prazo fixado no contrato;
- d) Quando a demora na substituição dos bens, após eventual rejeição nos termos fixados no número 1 da alínea c) da cláusula 6.<sup>a</sup>, exceder em 5 dias úteis a data da notificação.

#### Capítulo IV - Disposições finais

##### **Cláusula 15.<sup>a</sup> | Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

##### **Cláusula 16.<sup>a</sup> | Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. As comunicações devem ser estabelecidas, preferencialmente, via correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

##### **Cláusula 17.<sup>a</sup> | Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

##### **Cláusula 18.<sup>a</sup> | Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação em vigor.

**Cláusula 19.<sup>a</sup> | Foro competente**

Os litígios decorrentes do contrato, na falta de acordo das partes, serão dirimidos no tribunal associativo territorialmente competente.

## Parte II - Cláusulas Técnicas

### Cláusula 20.<sup>a</sup> | Características, condições e quantidades dos bens a fornecer

1. O contrato a celebrar prevê o fornecimento de leite escolar com as características constantes do quadro 1, em regime de fornecimento contínuo, nas quantidades estimadas no quadro 2.
2. As quantidades indicadas no quadro 2 representam estimativas de consumo até final do contrato, não estando a entidade adjudicante vinculada à aquisição total das mesmas. As quantidades estimadas servem apenas para efeitos de comparabilidade para o concorrente definir o preço unitário a apresentar, podendo ocorrer modificação das quantidades a fornecer de cada tipo de item.
3. O leite escolar será entregue nos locais constantes do quadro 3, de forma faseada, mediante pedido atempado da entidade adjudicante.
4. Após receção do pedido de fornecimento, o adjudicatário dispõe de 8 dias úteis para proceder à entrega dos bens.
5. O prazo de validade do leite escolar a entregar não pode nunca ser inferior a 4 meses face ao momento da entrega.
6. Sempre que solicitado pela entidade adjudicante serão entregues boletins analíticos do leite.
7. O leite a fornecer tem que ter origem e processamento em Portugal.

#### Quadro 1 - Bens a fornecer

| Item                          | Características do produto   | Apresentação                              |
|-------------------------------|--|---|
| Leite em natureza (branco)    | Leite UHT meio gordo   | Embalagem de 200 ml com palhinha acoplada |
| Leite com chocolate           | Leite UHT meio gordo com cacau com teor ponderal de leite não inferior a 90% e com, no máximo, 8,2 g de açúcares/100ml | Embalagem de 200 ml com palhinha acoplada |
| Leite em natureza sem lactose | Leite UHT meio gordo sem lactose   | Embalagem de 200 ml com palhinha acoplada |

#### Quadro 2 - Quantidades de fornecimento estimadas por item

| Item                          | Quantidade unitária estimada |
|-------------------------------|------------------------------|
| Leite em natureza             | 98393                        |
| Leite com chocolate           | 99008                        |
| Leite em natureza sem lactose | 10944                        |

**Quadro 3 - Locais de entrega**

| Local de Entrega                         | Morada  |
|--|---|
| Centro Escolar de Assentis e Chancelaria | Rua Nova   2350-027 Outeiro Grande              |
| Centro Escolar de Olaia e Paço           | Rua da Olaia   2350-170 Olaia                   |
| Centro Escolar da Serra de Aire          | Rua do Rossio Verde   2350-228 Pedrógão         |
| Centro Escolar de Visconde de S. Gião    | Rua Visconde de S. Gião   2350-796 Torres Novas |
| Jl Tufeiras                              | Rua Manuel Simões Pinho   2350-809 Torres Novas |
| Centro Escolar de Riachos                | Av. 16 de maio   2350-321 Riachos               |
| Centro Escolar de Meia Via               | Urb. Casal Vaz   2350-867 Meia Via              |
| Centro Escolar de Santa Maria            | Rua Manuel Gonçalves   2350-459 Torres Novas    |